

Norma para Concessão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas – PPGCF

Aprovada na Reunião do Colegiado de 03/06/2016

Art. 1º As cotas de bolsas serão distribuídas pela Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

Art. 2º Estarão habilitados para participar do processo de distribuição de bolsas os alunos vinculados ao Programa, seja por meio de matrícula regular ou por meio de aprovação em processo seletivo, sem matrícula formalizada.

Art. 3º Não poderão participar do processo os alunos orientados por professores descredenciados pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

Art. 4º As normas internas de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado estão submetidas à regulamentação específica pelas respectivas agências de fomento que as concedem, a saber: CAPES (Programa Demanda Social, normatizado pela Portaria Nº 76, de 14 de abril de 2010, da CAPES, publicada no DOU em 19 de abril de 2010); CNPq (Anexo IV da RN-017/2006 do CNPq), Portaria conjunta do CNPq/CAPES de 15 de julho de 2010, e outras agências, que porventura vierem a conceder cotas de bolsa ao PPG em Ciências Farmacêuticas, assim como aquelas normas que vierem a sucedê-las.

Art. 5º As bolsas de mestrado serão concedidas por dois processos distintos:

I - 50% das cotas disponíveis nos meses de março e agosto serão destinadas aos primeiros colocados na seleção de mestrado que tenha ocorrido imediatamente anterior ao período de distribuição das cotas.

II - As demais 50% serão destinadas a todos os outros discentes, que deverão concorrer via inscrição em edital interno, sob a responsabilidade da Comissão de Bolsas do PPGCF.

Art. 6º As bolsas de doutorado serão concedidas mediante classificação em edital interno, sob a responsabilidade da Comissão de Bolsas do PPGCF.

Art. 7º São requisitos para concessão de bolsa a um candidato:

I - dedicação integral às atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas;

II - não possuir qualquer relação de trabalho com a Universidade Federal de Santa Maria;

III - quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais sem percepção de vencimentos;

IV - não ter contrato de Professor Substituto em Instituição de Ensino Superior.

V - não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro Programa de Pós-Graduação ou de outra agência de fomento pública nacional;

VI - não se encontrar aposentado ou em situação equiparada;

VII - carecer, quando da concessão da bolsa, do exercício laboral por tempo não inferior a vinte anos ou vinte e quatro anos para obter aposentadoria voluntária, conforme concorra à bolsa de doutorado ou mestrado, respectivamente.

VIII – não ter sido reprovado em disciplinas cursadas no nível em que está matriculado (mestrado ou doutorado).

Art. 8º Quando um edital contemplar cotas de bolsa de diferentes agências, os candidatos solicitantes de cota com maior pontuação no processo classificatório receberão prioritariamente cotas na seguinte ordem: CAPES-DS, CNPq, FAPERGS, e, os demais classificados, das demais agências, se houver.

Art. 9º O processo classificatório será baseado na pontuação comprovada de planilha de avaliação dos candidatos. Os candidatos serão ordenados de acordo com a pontuação obtida na planilha de avaliação, em ordem decrescente.

§ 1º Se o número de cotas de bolsa disponível no Edital exceder o número de alunos habilitados a receber cota de bolsa pelos critérios expostos no Artigo 6º, e ocorrendo concessão de bolsa a todos os alunos matriculados enquadrados nesse artigo, poder-se-á conceder cota de bolsa a aluno que exerça atividade docente em instituição de ensino externa à UFSM, desde que não haja impedimento por parte da agência de fomento e desde que a referida atividade não ultrapasse a carga horária de 15 horas semanais.

§ 2º A comprovação da carga horária se dará por documento emitido pela instituição de ensino empregadora do candidato, e deverá ser renovada a cada semestre, para manutenção da cota de bolsa.

§ 3º Deverá haver a anuência do orientador e da Comissão de Bolsas do PPGCF.

Art. 10. A classificação, depois de consolidada, deverá ser homologada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e servirá para a distribuição das cotas.

Art. 11. A bolsa será concedida pelo prazo de doze meses, podendo ser renovada anualmente até atingir o limite de 42 (quarenta e dois) meses para o

doutorado, e de 18 (dezoito) meses para o mestrado, se atendidas as seguintes condições:

I - recomendação da Comissão de Bolsas, sustentada na avaliação do desempenho acadêmico do pós-graduando (conceitos A e B, nenhuma reprovação);

II - persistência das condições pessoais do bolsista, que ensejaram a concessão anterior;

§ 1º Na apuração do limite de duração da bolsa serão consideradas também as parcelas recebidas anteriormente pelo bolsista, em outro programa de Pós-Graduação para o mesmo nível de curso.

Art. 12. A bolsa poderá ser revogada a qualquer tempo por infringência à disposição deste regulamento, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor e impossibilitado de receber benefícios da bolsa.

I - O cancelamento de bolsa, com ou sem a imediata substituição por outro aluno do mesmo Programa, deverá ser comunicado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSM.

Art. 13. O período máximo de suspensão da bolsa, devidamente justificado, será de até dezoito meses e ocorrerão nos seguintes casos:

I - de até seis 6 meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou para parto e aleitamento de filho;

II - de até seis meses, para mestrado, e doze meses, para doutorado sanduíche, dentro do Programa PDSE/CAPES;

III - de até dezoito meses, para bolsista de doutorado, que for realizar estágio no exterior, relacionado com seu plano de curso, apoiado pela CAPES ou por outra Agência;

§ 1º - A suspensão pelos motivos previstos no inciso I deste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa.

§ 2º - É vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa.

Art. 14. A Comissão de Bolsa poderá proceder, a qualquer tempo, novas concessões de bolsas e substituição de bolsistas.

Art. 15. Casos omissos ou situações não descritas acima serão analisados pela Comissão de Bolsas e pelo Colegiado do PPGCF.